



RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO: Senhores Acionistas, A PCH Carangola com capacidade instalada total de 15 MW, e a comercial plena em 83,8 MWh/ano, beneficiando aproximadamente 125 mil pessoas. A receita bruta de vendas em 2012 foi de R\$ 16 milhões, apresentando um lucro líquido da ordem de R\$ 6,7 milhões. A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31/12/2012 E DE 2011 (Em milhares de reais)			
Ativo	Nota	31/12/12	31/12/11
Circulante		2.425	3.316
Caixa e equivalentes de caixa	5	212	1.256
Contas a receber	6	2.136	1.993
Adiantamentos a funcionários		26	17
Impostos a compensar		26	32
Despesas antecipadas		25	18
Não circulante		58.345	59.846
Ativos vinculados - BNDES	7	1.778	1.897
Depósitos judiciais		378	378
Imobilizado	8	56.102	57.296
Diferido	9	81	275
Intangível		6	-
Total do ativo		60.770	63.162
Passivo		7.372	6.722
Circulante		1.183	892
Fornecedores		32	20
Obrigações trabalhistas e previdenciárias		187	173
Impostos e contribuições a recolher		143	130
Provisão para férias e 13º salário		34	16
Outros passivos		1.091	753
Dividendos a pagar	10	1.574	1.227
Financiamentos	11	4.219	4.264
Não circulante		27.859	31.848
Financiamentos	11	27.859	31.848
Patrimônio líquido		25.539	24.592
Capital social		19.284	19.284
Reserva legal		1.091	753
Reserva de dividendos adicionais propostos		-	4.555
Reserva de retenção de lucros		4.808	-
Reserva especial		356	-
Total do passivo		60.770	63.162

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXERCÍCIOS FIMOS EM 31/12/12 E 2011 (Em milhares de reais)

1. Contexto operacional: A Carangola Energia S.A. ("Companhia") é uma subsidiária direta da PCH Participações S.A. e indireta da Brasil PCH S.A., e foi constituída em 16 de agosto de 2004 como sociedade anônima de capital fechado, com sede na Rua São Bento 8, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro - RJ. A Companhia tem como objeto social o propósito específico (Sociedade de Propósito Específico - SPE) de implantar e explorar o potencial hidráulico de Pequena Central Hidrelétrica (PCH) e comercializar energia elétrica nela gerada. A Companhia poderá, ainda, exercer todas as ações que possam, direta ou indiretamente, no todo ou em parte, ser vinculadas ao seu propósito específico. A Companhia possui autorização para exploração do potencial hidrelétrico, como produtora independente de energia elétrica, concedida pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) através das Resoluções nºs 356/1999 e 236/2005, para funcionar como PCH pelo prazo de 30 anos e está localizada na Rua Carangola, no Município de Carangola, em Minas Gerais, com capacidade de licença instalada de 15 Mw e uma linha de transmissão de 3,3 km de extensão. A contratação de energia gerada é feita pelo Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (PROINFRA), que determina que a Centrais Elétricas Brasileiras (Eletrobrás) seja o agente representante das PCHs na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), responsável pela contratação de toda energia gerada, obrigando a celebração de contratos de compra e venda de energia pelo prazo de 20 anos a contar do mês de junho de 2008. Em 24 de junho de 2008, através do Despacho ANEEL nº 2.342, a Companhia obteve autorização para iniciar a comercialização da energia gerada nas unidades 1 e 2, ambas com potência instalada de 7,5 Mw, atingindo, assim, sua capacidade total em operação de 15 Mw e energia assegurada de 83,8 MWh. O término de sua autorização se dará em 22 de dezembro de 2029.

2. Apresentação das demonstrações contábeis: 2.1. Declaração de conformidade: As demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC. 2.2. Bases de elaboração: As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. Ativos e passivos são classificados conforme seu grau de liquidez e exigibilidade. Os mesmos são classificados como circulantes quando provável que sua realização ou liquidação ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes. a. Moeda funcional e moeda de apresentação: Essas demonstrações contábeis são apresentadas em milhares de reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em milhares de reais foram arredondadas para o valor mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. b. Uso de estimativas e julgamentos: A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revistas e em quaisquer períodos futuros afetados. **3. Resumo das principais práticas contábeis:** As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações contábeis. a. Instrumentos financeiros: i. Ativos financeiros não derivativos: A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se toma uma das partes das disposições contratuais do instrumento. • Empréstimos e recebíveis: Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. • Caixa e equivalente de caixa: Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação. Os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizadas no pagamento das obrigações de curto prazo. ii. Passivos financeiros não derivativos: A Companhia reconhece passivos financeiros inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se toma uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retirada, cancelada ou vencida. A Companhia classifica os passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos. A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos e financiamentos, fornecedores e outras contas a pagar. A Companhia não opera com instrumentos financeiros derivativos. iii. Capital social: Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Os dividendos mínimos obrigatórios conforme definido em estatuto são reconhecidos como passivo. b. Contas a receber de clientes: As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado menos os impostos retidos na fonte, os quais são considerados créditos tributários, conforme legislação tributária vigente. c. Imobilizado: Registrado ao custo histórico de aquisição, formação ou construção (inclusive juros e demais encargos financeiros líquidos), deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. Considerando a conclusão das obras e o início das operações em junho de 2008, aliado ao custo do imobilizado atender aos requerimentos do CPC 27 - Ativo Imobilizado, a Companhia manteve o custo histórico como base de mensuração do ativo fixo. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido reposto por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia-a-dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos. d. Depreciação: A depreciação, exceto de móveis e utensílios e computadores e periféricos, é calculada a partir do início da operação da Companhia, pelo método linear, às taxas determinadas pela Portaria DNAEE nº 815, de 15 de novembro de 1994, alteradas pelas Resoluções nº 367, de 2 de junho de 2009 e 474, de 7 de fevereiro de 2012. A Companhia considera essas taxas apropriadas, uma vez que, conforme avaliação jurídica da legislação em vigor e, conforme avaliação da Administração do que consta na Resolução de autorização para estabelecimento como produtora independente, concedida pela ANEEL a PCH, ao final do prazo dessa autorização, caso não seja renovada, o valor residual dos bens será indenizado à Companhia. A Administração considera provável a renovação da autorização, considerando inclusive as Portarias MME nº 956/10 e nº 197/12, autorizando a prorrogação das PCH's Pacífico Mascarenhas e San Juan, respectivamente, por mais 20 anos, condicionada à realização de pequena melhoria operacional, o que a Administração entende demonstrar a evidência concreta de possibilidade de prorrogação de autorização da PCH por mais 20 anos, entendendo assim estar em linha com um dos requerimentos do CPC 04 e OCP 05. **Autização e indenização:** A autorização para exploração do potencial hidrelétrico, como produtora independente de energia elétrica vigorará pelo prazo de trinta anos (ver Nota explicativa no.1), podendo ser prorrogada, a critério da ANEEL. Ao final do prazo da respectiva autorização, não havendo prorrogação, os bens e instalações vinculados à produção de energia elétrica passarão a integrar o patrimônio da União mediante indenização dos investimentos realizados, desde que previamente autorizados, e ainda não amortizados, apurada por auditoria da ANEEL, ou poderá ser exigido que a Autorizada restabeleça, por sua conta, o livre escoamento das águas. e. Diferido: Registrado ao custo de formação. A amortização é calculada a contar da data do início de sua operação pelo prazo de cinco anos. A Companhia optou por manter o saldo do ativo diferido existente até a sua realização total por meio de amortização. f. Valor recuperável de ativos: O imobilizado e o diferido têm o seu valor recuperável avaliado, no mínimo, anualmente caso haja indicadores de perda de valor. A Companhia não apurou nenhuma indicação de perda que requeresse a contabilização de provisão para ajuste desses ativos ao seu valor de recuperação. g. Provisões: Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia possui obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas de risco envolvido. h. Apuração do resultado: O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência. i. Receita operacional: A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber. A receita é reconhecida quando a energia é gerada e a titularidade legal é transferida, conforme determinações legais do contrato de suprimento de energia elétrica, ou seja, todos os riscos e benefícios inerentes são transferidos para o comprador, o valor da receita pode ser mensurado com confiabilidade e os benefícios econômicos associados à transação fluirão para a Companhia. j. Receitas financeiras e despesas financeiras: As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos. Custos de empréstimo são mensurados no resultado através do método de juros efetivos. k. Imposto de renda e contribuição social: O imposto de renda e a contribuição social são apurados com base no lucro presumido, de acordo com a legislação vigente, cujas alíquotas aplicáveis sobre a receita bruta para apuração da base de cálculo são: 8% para imposto de renda e 12% para contribuição social. l. Demonstração do valor adicionado: A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações contábeis. m. Resultado por ação: O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado por período atribuível aos acionistas sobre as ações

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO EXERCÍCIOS FIMOS EM 31/12/2012 E DE 2011 (Em milhares de reais, exceto o lucro por ação)			
	Nota	31/12/12	31/12/11
Receita líquida de vendas	14	15.439	14.145
Custos da venda de energia		(2.961)	(2.811)
Meio ambiente		(89)	(113)
Operação e manutenção		(761)	(785)
Taxas setoriais		(57)	(55)
Tarifa de uso dos sistemas elétricos de distribuição (TUSD)		(58)	(54)
Seguros		(71)	(72)
Depreciação e amortização		(1.925)	(1.732)
Lucro bruto		12.478	11.334
Despesas operacionais	15	(2.187)	(1.640)
Despesas administrativas e gerais		(1.888)	(1.391)
Outras despesas operacionais		(299)	(249)
Lucro antes do resultado financeiro		10.291	9.694
Receitas financeiras	16	219	302
Despesas financeiras	16	(3.219)	(3.537)
Resultado financeiro		(3.000)	(3.235)
Lucro antes dos impostos		7.291	6.459
Imposto de renda	17	(351)	(345)
Contribuição social	17	(192)	(186)
Lucro líquido do exercício		6.748	5.928
Lucro básico e diluído por ação ordinária - R\$		0,3701	0,3251
Quantidade de ações ao final do exercício	12	18.235.009	18.235.009

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FIMOS EM 31/12/2012 E DE 2011 (Em milhares de reais)						
	Reservas de lucros			Lucros acumulados	Total	
	Capital social	Reserva legal	Dividendo de lucro proposto			
Saldos em 31/12/10	18.235	434	-	464	21.892	
Aumento de capital mediante capitalização de adiantamentos para futuro aumento de capital	1.049	-	-	-	1.049	
Dividendos adicionais pagos	-	-	(2.759)	-	(2.759)	
Lucro líquido do exercício	-	-	-	5.928	5.928	
Destinações	-	-	-	-	-	
Reserva legal	-	319	-	(319)	-	
Dividendos pagos antecipados	-	-	-	(291)	(291)	
Dividendos propostos	-	-	-	(1.227)	(1.227)	
Dividendos adicionais propostos	-	-	4.555	(4.555)	-	
Saldos em 31/12/11	19.284	753	-	24.592	44.629	
Dividendos distribuídos	-	-	(4.555)	-	(4.555)	
Lucro líquido do exercício	-	-	-	6.748	6.748	
Destinações	-	-	-	-	-	
Reserva legal	-	338	-	(338)	-	
Reserva especial	-	-	-	356	(356)	
Reserva retenção de lucro	-	-	4.808	(4.808)	-	
Dividendos a pagar	-	-	-	(1.246)	(1.246)	
Saldos em 31/12/12	19.284	1.091	4.808	356	25.539	

ordinárias em circulação no período. O resultado por ação diluído é igual ao básico nos exercícios de 2012 e 2011. n. Novas normas e interpretações ainda não adotadas: Diversas normas, emendas a normas e interpretações IFRS emitidas pelo IASB ainda não entraram em vigor para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012, sendo essas:

Emissão	Descrição	Vigência a partir de exercícios iniciados em ou após:
IFRS 10	"Demonstrações Contábeis Consolidadas" (Consolidated Financial Statements). Estabelece os princípios para a preparação e apresentação de demonstrações contábeis consolidadas, quando uma entidade controla uma ou mais outras entidades.	1º de janeiro de 2013
IFRS 11	"Acordos Conjuntos" (Joint Arrangements). Estabelece os princípios para reporte financeiro de entidades que sejam partes de acordos conjuntos.	1º de janeiro de 2013
IFRS 12	"Divulgações de Participações em Outras Entidades" (Disclosure of Interests in Other Entities). Consolida todos os requerimentos de divulgações que uma entidade deve fazer quando participa em uma ou mais outras entidades.	1º de janeiro de 2013
IFRS 13	"Mensuração a Valor Justo" (Fair Value Measurement). Define valor justo, explica como mensurá-lo e determina o que deve ser divulgado sobre essa forma de mensuração.	1º de janeiro de 2013
Emenda ao IAS 1	"Apresentação de Itens dos Outros Resultados Abrangentes" (Presentation of Items of Other Comprehensive Income). Requer que sejam agrupados em Outros Resultados Abrangentes os itens que poderão ser reclassificados para lucros ou prejuízos na demonstração de resultado do exercício.	1º de janeiro de 2013
Emenda ao IAS 19	"Benefícios a Empregados" (Employee Benefits). A nova versão do IAS 19 elimina o "método do corredor" para reconhecimento de ganhos ou perdas atuárias, simplifica a apresentação de variações em ativos e passivos de planos de benefícios definidos e, amplia os requerimentos de divulgação sobre planos de benefícios definidos.	1º de janeiro de 2013
Emenda ao IFRS 7	"Divulgações - Compensando Ativos e Passivos Financeiros" (Disclosures - Offsetting Financial Assets and Financial Liabilities). Estabelece requerimentos de divulgação de acordos de compensação de ativos e passivos financeiros.	1º de janeiro de 2013
Emendas aos IFRS 9 e 7	"Data Obrigatória de Entrada em Vigor do IFRS 9 e Divulgações de Transição" (Mandatory Effective Date of IFRS 9 and Transition Disclosures). Postergam a data de entrada em vigor do IFRS 9 para 2015. Eliminam também a obrigatoriedade de republicação de informações comparativas e requerem divulgações adicionais sobre a transição para o IFRS 9.	1º de janeiro de 2015

A Administração da Companhia espera que nenhum desses novos Pronunciamentos tenham efeito material sobre as demonstrações contábeis da Companhia. **4. Gerenciamento de risco:** A Companhia avaliou e considerou relevante a exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: • Risco de crédito: O risco de crédito refere-se ao risco de uma contraparte não cumprir com suas obrigações contratuais, levando a Companhia a incorrer em perdas financeiras. O contas a receber de clientes é formado por um único cliente - Eletrobrás via contrato de compra de energia pelo prazo de 20 anos. Este fato reduz o risco de perda financeira por motivo de inadimplência. Assim, não há exposição da Companhia a riscos de crédito e moeda, ou perdas por redução no valor recuperável relacionadas a contas a receber de clientes, conforme apresentado na Nota Explicativa nº 6. • Risco mercado: Por meio de suas atividades, a Companhia fica exposta principalmente a riscos financeiros decorrentes de mudanças nas taxas dos índices econômicos - TJLP (índice de reajuste do contrato de financiamento junto ao BNDES). A Companhia administra e mensura esses riscos através do planejamento de fluxo de caixa realizado. • Risco operacional: O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros. A Companhia realiza as atividades de operação e manutenção das suas usinas de acordo com as práticas do setor elétrico brasileiro, inclusive realizando sistematicamente as atividades de manutenção preventiva e de manutenção corretiva dos equipamentos eletromecânicos das instalações, bem como o monitoramento das estruturas civis e barragens. Caso ocorram eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade, a Companhia contratou uma cobertura de seguros de operação sobre máquinas, equipamentos e estrutura de obras, conforme Nota Explicativa nº 19. • Risco de liquidez: A Companhia utiliza o controle do custeio para auxiliar no monitoramento de exigências do fluxo de caixa e na otimização de seu retorno de caixa em investimentos. Todo decêndio é estimado o desembolso em comparação com a sua entrada de caixa. O excedente de caixa é aplicado imediatamente no mercado financeiro em Certificado de Depósito Bancário (CDI) a taxas que variam de 96,5% a 101,5% em bancos de primeira linha. Assim, a Companhia garante um caixa suficiente para cumprir com despesas operacionais esperadas para um período de 60 dias de curto e longo prazos, excluindo o impacto potencial de circunstâncias extremas que não podem ser razoavelmente previstas. • Risco de juros: Decorre da possibilidade da Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. A Companhia avalia que os riscos das aplicações financeiras de suas disponibilidades são baixos, por serem realizadas em bancos de reconhecida liquidez e remuneradas a taxas de mercado que variam entre 96,5% a 101,5% do CDI, conforme apresentado na Nota Explicativa nº 5. Os passivos financeiros existentes abrangem basicamente saldos de financiamentos obtidos pela Companhia junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), conforme apresentado na Nota Explicativa nº 11. Uma análise de sensibilidade dos ativos e passivos que representam riscos relevantes para a Companhia está apresentada na Nota Explicativa nº 18. • Gestão de capital: A política da Diretoria é manter uma sólida base de capital para preservar a confiança do investidor, credor e mercado e com isso manter o desenvolvimento futuro do negócio. A Diretoria monitora o retorno de capital sobre a operação da empresa através do acompanhamento mensal da realização orçamentária aprovada pelo Conselho de Administração. A Administração entende que a exposição da Companhia a riscos é remota, sendo o gerenciamento realizado através de ferramentas de controle, planejamento e orçamento, coordenadas pela Diretoria.

	31/12/12	31/12/11
5. Caixa e equivalentes de caixa:		
Bancos	28	29
Aplicação financeira	184	1.227
	212	1.256

As aplicações financeiras de liquidez imediata em CDB - DI, com risco insignificante de perda de valor, junto ao Banco Santander e Banco do Brasil, são remuneradas a taxas de mercado que variam entre 96,5% a 101,5% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). **6. Contas a receber:** Refere-se ao valor da venda da energia gerada pela Companhia, líquido dos respectivos impostos retidos na fonte. A Companhia registra o valor a receber referente à energia faturada conforme contratada pelo PROINFRA. O período médio de crédito no contas a receber é de 35 dias. Não são cobrados juros sobre as contas a receber. A Companhia não constitui provisão para créditos de liquidação duvidosa, com base em sua experiência histórica de realização de 100% dos contas a receber passados e da análise da situação financeira atual de seu único devedor - Eletrobrás, existindo contas vencidas na data das demonstrações contábeis. **7. Ativos vinculados - BNDES:** O saldo registrado em 31 de dezembro de 2012, refere-se a recursos recebidos pela Companhia decorrentes da venda de energia gerada e que estão vinculados ao BNDES. Esses ativos estão classificados

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FIMOS EM 31/12/2012 E DE 2011 (Em milhares de reais)			
Fluxos de caixa das atividades operacionais	Nota	31/12/12	31/12/11
Lucro líquido antes do imposto de renda e da contribuição social		7.291	6.459
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:			
Juros e atualizações monetárias sobre financiamentos	16	3.069	3.507
Baixa de imobilizado	8	170	485
Depreciação e amortização		1.925	1.732
Lucro ajustado		12.455	12.183
Variações nos ativos e passivos			
Redução em ativos vinculados - BNDES		119	138
Aumento em contas a receber		(143)	(495)
Redução (aumento) em impostos a compensar		6	(5)
Aumento de despesas antecipadas		(7)	1
Redução em adiantamentos a funcionários		(9)	-
Aumento (redução) em fornecedores		291	(74)
Redução em obrigações trabalhistas e previdenciárias		12	5
Aumento em outras obrigações		18	15
Redução em impostos e contribuições a recolher		14	7
Imposto de renda e contribuição social pagos no período		(545)	(531)
Aumento na provisão para férias e 13º salário		14	49
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		12.225	11.293
Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
Aquisição de imobilizado	8	(705)	(476)
Aquisição de intangível		(7)	-
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimentos		(712)	(476)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos			
Dividendos antecipados		-	(291)
Dividendos pagos	12	(5.454)	(2.759)
Financiamentos pagos	11	(3.996)	(3.996)
Juros pagos sobre financiamentos	11	(3.107)	(3.523)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos		(12.557)	(10.569)
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa		(1.044)	248
Demonstração do aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa		1.256	1.008
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		212	1.256
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		1,044	248

DEMONSTRAÇÕES DOS VALORES ADICIONADOS EXERCÍCIOS FIMOS EM 31/12/2012 E DE 2011 (Em milhares de reais)

	Nota	31/12/12	31/12/11
1. Receita bruta de vendas		16.023	14.681
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	14	16.023	14.681
2. Insumos adquiridos de terceiros		1.458	1.510
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos		1.035	1.079
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		423	431
3. Valor adicionado bruto (1-2)		14.565	13.171
4. Depreciação e amortização		1.925	1.732
5. Valor adicionado líquido produzido pela entidade (3-4)		12.640	11.439
6. Valor adicionado recebido em transferência		219	302
Receitas financeiras	16	219	302
7. Valor adicionado total a distribuir (5+6)		12.859	11.741
8. Distribuição do valor adicionado		12.859	11.741
Pessoal		1.381	949
Remuneração direta		1.177	820
Benefícios		116	69
F.G.T.S		88	60
Impostos, taxas e contribuições		1.453	1.292
Federais		1.442	1.287



CARANGOLA

CNPJ nº 07.063.934/0001-11

11. Financiamentos:	Indexador	31/12/12	31/12/11
BNDES:	TJLP + 3,5% a.a.		
Principal		25.757	29.753
Encargos		6.321	6.359
Total		32.078	36.112
Parcela de curto prazo		4.219	4.264
Parcela de longo prazo		27.859	31.848
Total		32.078	36.112

Em 13 de abril de 2006, a Companhia, visando buscar recursos para implementação do projeto, firmou contrato de financiamento junto ao BNDES. A dívida (principal e juros) decorrente desse contrato está sendo paga ao BNDES em 144 prestações mensais e sucessivas, cada uma delas no valor do principal e juros atualizados da dívida, divididos pelo número de prestações de amortização ainda não vencidas.

Vencimentos dos financiamentos apresentados no passivo não circulante

	Total
2014	3.980
2015	3.980
2016	3.980
2017	3.980
2018	3.980
2019 a 2020	7.959
	27.859

Mutação dos financiamentos em 2012

Saldo inicial	36.112
Encargos provisionados	3.069
Pagamentos	(7.103)
Saldo final	32.078

As garantias são apresentadas conforme a seguir: (i) Em 4 de abril de 2006, através de contrato suporte com o BNDES, todos os acionistas da Brasil PCH S.A., controladora indireta da Companhia, se comprometeram a honrar qualquer deficiência que afete a capacidade de cumprimento das obrigações da Brasil PCH S.A., da PCH Participações S.A. e da Carangola Energia S.A. até a quitação das obrigações junto ao BNDES; (ii) Em 13 de abril de 2006, foi pactuado contrato de penhor das ações e vinculação das receitas e outras avenças com o BNDES para assegurar o pagamento de quaisquer obrigações decorrentes desses contratos; (iii) Constituição de conta de reserva vinculada, proveniente da venda de energia à Eletrobrás. A conta foi aberta no Banco Santander S.A., que atua como banco administrador de contas, indicado pela Companhia e aprovado pelo BNDES, e deverá atingir o limite de três vezes o valor da última prestação; (iv) A propriedade fiduciária das máquinas e dos equipamentos a serem adquiridos com recursos dessa operação; e (v) Não realização, sem autorização do BNDES, de pagamento de dividendos ou juros sobre capital próprio enquanto não estiver preenchida a conta "Reserva do serviço da dívida", mencionada no item (iii) acima. Tal procedimento foi cumprido a partir de maio de 2010, donde obtivemos a autorização do BNDES para iniciarmos o pagamento de dividendos ou juros sobre o capital próprio. Com vistas a atender cláusula do contrato de financiamento com o BNDES, segue-se o demonstrativo do Índice de Capitalização Próprio (ICP), calculado conforme contrato, em 31 de dezembro de 2012:

Patrimônio líquido	25.539
Total do ativo	60.770
ICP	42,03%

O índice apurado na data é superior ao ICP de 20% exigido pelo BNDES. **12. Patrimônio líquido:** a) Capital social: O artigo 5º do Estatuto da Controladora informa a existência de um capital aprovado da ordem de R\$19.284. Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, o capital social subscrito e integralizado é de R\$19.284 e está representado por 18.325.009 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. b) Reservas: Reserva legal: Constituída à razão de 5% do lucro líquido do exercício, antes de qualquer outra destinação, a qual não excederá 20% do capital social. Reserva especial: Constituída com o objetivo de registrar a destinação dos resultados da Companhia até que o seu fluxo de caixa futuro permita tal distribuição sem riscos financeiros relevantes durante o período da concessão nos termos do artigo 202, parágrafo 4º e 5º, da Lei 6.404/76. Reserva de retenção de lucros: Constituída com o objetivo de registrar a retenção de lucros para cobrir o orçamento de capital nos termos do artigo 196 da Lei 6.404/76. c) Dividendos: O Estatuto Social determina a distribuição de um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. No exercício de 2012, foram pagos dividendos de ações ordinárias referentes ao exercício de 2011, no montante de R\$5.454, resta a pagar um saldo de R\$328. Os dividendos referentes ao exercício de 2012 foram calculados conforme segue:

Lucro do exercício	6.748
(-) Reserva legal	(338)
(=) Base de cálculo do dividendo	6.410
Dividendos obrigatórios	1.602
(-) Reserva especial	356
(-) Dividendos obrigatórios a pagar	1.246
(-) Reserva de retenção de lucros	4.808

13. Contingências: A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de suas operações, as quais envolvem questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis, ambientais e de caráter comercial. Com base na posição de seus assessores jurídicos, não há processos envolvendo a Companhia em que a probabilidade de perda seja classificada como provável. Dessa forma, nenhuma provisão para contingências foi constituída.

14. Conciliação da receita operacional líquida:

	31/12/12	31/12/11
Receita operacional bruta	16.023	14.681
Venda de energia elétrica	16.023	14.681
Deduções à receita operacional	(584)	(536)
PIS	(104)	(95)
COFINS	(480)	(441)
Receita operacional líquida	15.439	14.145

15. Despesas administrativas, gerais e outras operacionais:

	31/12/12	31/12/11
Despesas com pessoal operacional	1.046	720
Despesas com pessoal administrativo	641	442
Serviços de terceiros (auditoria e consultorias)	113	176
Viagens	240	188
Publicação	38	33
Arrendamentos e aluguéis	59	35
Outras despesas	50	46
	2.187	1.640

16. Resultado financeiro:

	31/12/12	31/12/11
Despesas financeiras:	(3.219)	(3.537)
Despesas bancárias	(9)	(30)
Juros e atualizações monetárias sobre financiamentos	(3.069)	(3.507)
Outras despesas	(141)	-
Receitas financeiras:	219	302
Rendimentos de aplicações em renda fixa	215	300
Outras receitas	4	2
Resultado financeiro	(3.000)	(3.235)

17. Imposto de renda e contribuição social: A Companhia calculou o imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido com base no regime do lucro presumido. A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social debitada em resultado é demonstrada como segue:

	31/12/12		31/12/11	
	IR (*)	CSLL	IR (*)	CSLL
Receita bruta	16.023	16.023	14.681	14.681
Percentual para determinação da base de cálculo	8%	12%	8%	12%
Rendimentos e ganhos de aplicação financeira	219	219	302	302
Base de cálculo	1.501	2.142	1.477	2.064
Alíquota nominal	25%	9%	25%	9%
Imposto sobre o resultado	351	192	345	186

(*) Até o limite de R\$240 mil a alíquota do IR é de 15%. **18. Instrumentos financeiros:** Os valores contábeis referentes aos ativos e passivos financeiros constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo, se aproximam, substancialmente, dos seus correspondentes valores de mercado. A Companhia não efetuou operações com derivativos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011. Abaixo está demonstrada uma análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros que representam risco para a Companhia. O cenário provável representa o valor justo dos instrumentos financeiros, considerando a projeção das variáveis de risco para um período de 12 meses. Os cenários possível e remoto apresentam a deterioração dos preços considerando oscilação na variável de risco de 25% e 50%, respectivamente, em relação a essa mesma data.

Operação	Risco	Cenário			
		Real	Provável	Possível	Remoto
Aplicação financeira	Baixa do CDI	184	197	194	191
Ativos vinculados ao BNDES	Baixa do CDI	1.778	1.905	1.873	1.841

Conforme comentado na Nota Explicativa nº 4, a Companhia considera que os instrumentos financeiros passivos não representam riscos relevantes, uma vez que, conforme cláusula específica do contrato firmado junto ao BNDES, a variável de risco inerente à operação, a TJLP, não poderá ser superior a 6%.

19. Cobertura de seguro: Seguro de responsabilidade civil: A Companhia contratou cobertura de seguro para indenizações por danos civis no montante de R\$4.047, com vigência até 28 de abril de 2013, decorrentes de sentença judicial transitada em julgado ou de acordo autorizado pela seguradora, de risco de poluição e/ou contaminação ambiental (súbita e acidental), danos corporais e/ou materiais sofridos por terceiros, danos morais diretamente decorrentes de danos materiais e/ou corporais causados a terceiros, considerada suficiente para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. **Seguro de operação:** Em 28 de abril de 2012, a Companhia renovou a cobertura de seguro para riscos operacionais sobre máquinas, equipamentos e estrutura de obras no montante de R\$64.287, considerado suficiente para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. **20. Autorização para conclusão das demonstrações contábeis:** A emissão das demonstrações contábeis foi autorizada pelo Conselho de Administração em 24 de janeiro de 2013.

COMPOSIÇÃO DA DIRETORIA

Abelardo Martins de Mello - Diretor; **Márcio Barata Diniz** - Diretor
Contador: Natália Moreira dos Santos - CRC RJ - 104518/O-5

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Acionistas e Administradores da Carangola Energia S.A. - Rio de Janeiro - RJ Examinamos as demonstrações contábeis da Carangola Energia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, incluindo as notas explicativas. **Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações contábeis:** A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos Auditores Independentes:** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação

da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva. **Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis:** Conforme mencionado na nota explicativa nº 8, a Companhia calculou a depreciação dos bens integrantes do seu ativo imobilizado de acordo com taxas de depreciação estipuladas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, considerando a possibilidade de prorrogação do prazo de autorização por mais 20 anos após o encerramento do primeiro período de autorização. De acordo com as normas contábeis descritas no Pronunciamento Técnico CPC 04 - Ativo Intangível (CPC 04) e as orientações contidas na Orientação OCPC 05 - Contratos de Concessão (OCPC 05), a prorrogação do prazo de autorização somente pode ser considerada quando há evidências concretas que a suportem sem custo significativo para a Companhia. Consequentemente, em 31 de dezembro de 2012, o ativo imobilizado e o patrimônio líquido estão aumentados em, aproximadamente, R\$6.010 mil e o lucro do exercício está aumentado em, aproximadamente, R\$1.427 mil. **Opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis:** Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito no parágrafo "Base para a opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis", as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Carangola Energia S.A. em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data. **Outros assuntos: Demonstração do valor adicionado:** Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, preparada sob a responsabilidade da administração da Companhia. Essa demonstração foi submetida aos

mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito no parágrafo "Base para a opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis", está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. **Auditoria das demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2011:** As demonstrações contábeis correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, apresentadas para fins de comparação, foram anteriormente auditadas por outros auditores independentes, que emitiram relatório datado em 10 de fevereiro de 2012, contendo a seguinte modificação de opinião: "Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 9, a Companhia calculou a depreciação dos bens integrantes do seu ativo imobilizado de acordo com taxas de depreciação estipuladas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, considerando a possibilidade de prorrogação do prazo de autorização por mais 20 anos após o encerramento do primeiro período de autorização. De acordo com as normas contábeis descritas no Pronunciamento Técnico CPC 04 - Ativo Intangível (CPC 04) e as orientações contidas na Orientação OCPC 05 - Contratos de Concessão (OCPC 05), a prorrogação do prazo de autorização somente pode ser considerada quando há evidências concretas que a suportem sem custo significativo para a Companhia. Consequentemente, em 31 de dezembro de 2011, o ativo imobilizado e o patrimônio líquido estão aumentados em, aproximadamente, R\$4.583 mil e o lucro do exercício está aumentado em, aproximadamente, R\$1.333 mil".

Rio de Janeiro, 24 de janeiro de 2013

Deloitte.

Auditores Independentes
CRC 2SP 011.609/O-8 "F" RJ

Marcelo Cavalcanti Almeida
Contador
CRC 1RJ 036.206/O-5